

HABEAS CORPUS Nº 568.108 - RJ (2020/0072970-7)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : RODRIGO MOREIRA FLORES E OUTROS
ADVOGADOS : RODRIGO MOREIRA FLORES - RJ198104
ULYSSES DE LIMA BATTISACO - RJ198219
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : WELLINGTON DA SILVA LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **WELLINGTON DA SILVA LIMA**, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Neste *writ*, alega o impetrante constrangimento ilegal pelo fato de contar com tempo suficiente para progredir de regime e posterior prisão domiciliar.

Pontua existir decisão do STF na ADPF n. 347 no sentido de que "é inviável que se mantenha custodiado aquele já possui lapso temporal para o benefício da progressão de regime, expondo o mesmo a sérios riscos diante da aglomeração de pessoas em uma única sela" (e-STJ, fl. 5).

Aduz que no recurso de apelação "deixou o douto revisor de apreciar o lapso temporal já cumprido pelo paciente, mantendo assim o regime mais gravoso, onde o mesmo deveria ter aplicado o regime" (e-STJ, fl. 8).

Requer a progressão de regime.

É o relatório.

Decido.

No caso, observo que as teses deduzidas neste *mandamus* não foram debatidas na instância originária, de modo que esta Corte Superior acha-se impossibilitada de examiná-la, sob pena de incorrer em supressão de instância.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. PROGRESSÃO DE REGIME. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. REITERAÇÃO DELITIVA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. MEDIDAS ALTERNATIVAS. INADEQUAÇÃO. CONTEMPORANEIDADE. OCORRÊNCIA. *HABEAS CORPUS* DENEGADO.

1. A matéria relativa à progressão de regime não foi objeto de análise do Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

[...]

5. *Habeas corpus* denegado." (HC 459.641/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 07/11/2018).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ORDEM CONCEDIDA. AUSÊNCIA DE

ANÁLISE DE PEDIDO SUBSIDIÁRIO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INEXISTÊNCIA. PROGRESSÃO DE REGIME ANTES DO INÍCIO DA EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE DEBATE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE NOVOS FUNDAMENTOS CAPAZES DE MODIFICAR O ACÓRDÃO IMPUGNADO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não se verifica constrangimento ilegal passível de ser sanado através do recurso ordinário em *habeas corpus* quando o paciente, formulando postulações subsidiárias, tem acolhida uma delas quando do julgamento do *writ* pelo Tribunal *a quo*, inexistindo, desse modo, interesse recursal à análise das demais pretensões veiculadas. Precedentes.
2. Segundo jurisprudência vigente nesta Corte Superior, a análise de qualquer tema, por meio de *habeas corpus* ou recurso ordinário constitucional, requer o prévio debate perante a instância de origem, em virtude da impossibilidade deste Sodalício abrir a discussão acerca da matéria, sob pena de incidir em supressão de instância.
3. A necessidade de exame prévio na instância de origem é requisito exigido para o conhecimento de julgamento de teses em sede de *habeas corpus* ou recurso ordinário constitucional.
4. No caso em exame, constata-se que o Tribunal de origem, ao julgar o mandamus impetrado, apenas cuidou de analisar a tese referente à possibilidade de o recorrente permanecer em liberdade até o trânsito em julgado da condenação a ele imposta, sem tecer qualquer consideração acerca da possibilidade de análise de pedido de progressão de pena antes do início da execução.
5. Agravo improvido." (AgRg no RHC 84.636/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 12/09/2018).

Ademais, registro que o Supremo Tribunal Federal, pela voz do ilustre Ministro MARCO AURÉLIO, em decisão recentíssima, conclamou os Juízes a atender pleitos como o presente. Ocorre que o Pleno do STF não chancelou tal orientação. Como se pode ler no próprio sítio eletrônico da Corte (<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=439697&ori=1>), acerca de pedido do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) para prevenir a propagação do novo coronavírus no sistema de justiça penal e socioeducativo, onde se pleiteara, entre outras coisas, o livramento de presos de mais de 60 anos, e a autorização para que aqueles com HIV, tuberculose, câncer, diabetes e doenças respiratórias, cardíacas e imunodepressoras cumpram prisão domiciliar:

"Em decisão assinada na terça-feira (17), o ministro Marco Aurélio, relator da ação, negou seguimento ao pedido sob o entendimento de que, do ponto de vista formal, o IDDD não é parte legítima (...). Entretanto, o ministro decidiu, de ofício (iniciativa própria), conclamar os juízes de Execução Penal a adotarem junto à população carcerária procedimentos preventivos do Ministério da Saúde para evitar o avanço da doença dentro dos presídios. Essa decisão foi levada a referendo do Plenário na sessão de hoje (18).

Por unanimidade, os ministros acompanharam o entendimento do

Superior Tribunal de Justiça

relator sobre a ilegitimidade de amicus curiae para requerer medida cautelar. Porém, **divergiram quanto a recomendação aos juízes de execução penal**. O ministro Alexandre de Moraes, que abriu a divergência, destacou que, para evitar a disseminação do novo coronavírus nas prisões, o CNJ **recomendou a análise de situações de risco caso a caso**. A divergência foi seguida pelos ministros Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia, e Dias Toffoli. O ministro Gilmar Mendes acompanhou o relator na concessão de ofício das sugestões." (grifou-se).

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator